



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**12 de abril**  
**de 2021**

# Um mandato sem questionamentos jurídicos

O presidente da Câmara Municipal de Imperatriz Alberto Sousa (PDT), realizou algumas reuniões com o **Ministério Público** sobre o imbróglio do concurso público, e em comum acordo, ficou determinado, que o concurso está definitivamente cancelado.

Desde a sua eleição para o Legislativo Municipal , Alberto Sousa vem mantendo um amplo diálogo com o MP, e isto, segundo o presidente, é para ter um mandato sem percalços e sem questionamentos jurídicos.

Todas as taxas dos inscritos, serão devolvidos em data que será ainda anunciado.

**Site: <http://omaiordomundobr.blogspot.com/2021/04/um-mandato-sem-questionamentos-juridicos.html>**

# Ferramenta ajuda a solucionar conflitos ambientais complexos

*Aleandro Seron*

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/04/12/RDIOCIDADEBE>**

**LAFM905CAMPOVERDEMT-07.16.02-07.18.15-**

**1618231121.mp3**

# Semus contrata Maternidade do adjunto por R\$ 2 mi

Novo governo, velhas práticas! Assim podemos definir a gestão de Eduardo Braide à frente da prefeitura de São Luís nos 100 primeiros dias , completados no sábado(10). Prova disso, por exemplo, é a escandalosa denúncia envolvendo o secretário adjunto da Saúde "de fato, mas não de direito" .

Segundo documentos obtidos pela reportagem, a gestão municipal assinou no último dia 1º de março, o primeiro termo aditivo do convênio 001/2020 , de inserção do Centro Assistencial Elgitha Brandão , entidade mantenedora da Maternidade Maria do Amparo à rede de serviços de saúde da capital.

Até aí, nada de mais! O problema, entretanto, é que a Maternidade - dona de um dos maiores contratos da Secretaria Municipal de Saúde entre as instituições filantrópicas, no valor R\$ 2.430.633,48 (dois milhões, quatrocentos e trinta mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos) , mantém entre seus diretores-fundadores o próprio secretário adjunto de Saúde, Egídio de Carvalho Ribeiro , conforme Portaria da entidade publicada no dia 02/12/2020, demonstrando claramente o impedimento em contratar também com o poder público, conforme preconiza o art. 9º, da Lei nº. 8.666/93 .

Como se não bastasse isso , temos ainda regras em relação aos cargos comissionados e às funções de confiança, contida no inciso III , do artigo e lei acima citados . O impedimento de participar em licitação, na execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens, é aplicável ao servidor/ dirigente do órgão ou entidade contratante , que no caso específico seria a municipalidade.

Daí porque não se pode admitir que o servidor público , seja ele efetivo ou ocupante de cargo em comissão/função gratificada , firme contratos com o poder público. Se está impedido até mesmo de participar da licitação , não pode firmar contrato com o órgão público contratante.

A denúncia do convênio escandaloso e ilegal veio à tona quatro dias depois da Polícia Federal ter deflagrada a Operação Tempo Real , com a finalidade de desarticular associação criminosa formada por servidores públicos e representantes de empresa, investigados por fraude e superfaturamento na secretaria.

A reportagem apurou que Egídio Carvalho não tem nomeação e nem portaria na gestão municipal, mas mesmo assim , estaria tomando decisões na Semus , tanto que já esteve representando a pasta durante reunião realizada no dia 10 de fevereiro no **Ministério Público** . Na oportunidade, o principal assunto da pauta foi esclarecer aos promotores de justiça José Augusto Cutrim , da Defesa do Idoso; e Ana Teresa Silva de Freitas e Ronald Pereira dos Santos , da Defesa da Pessoa com Deficiência, sobre a vacinação de pessoas idosas em São Luís.

Com base nas denúncias e documentos em anexo, é necessário se fazer alguns questionamentos ao prefeito Eduardo Braide :

1 - Qual transparência, a gestão vem demonstrando na pasta da saúde, uma vez que o próprio adjunto de Ações em Saúde da SEMUS, é o responsável pela contratação dos prestadores SUS e, ainda, atua no quadro de dirigentes do Centro de Assistência Elgitha Brandão (Maternidade Maria do Amparo), prestador SUS, conveniado com o município. Quem contrata, realiza os pagamentos? E ainda trouxe a tira colo a administradora da mesma instituição, Adriana Mota, que está dando as ordens na superintendência de atenção básica, inclusive, contando com a ajuda da equipe do ex-secretário Lula Filho, informação que será trabalhada em um outro momento.

2 - Solicita-se esclarecimentos ainda, quanto aos encaminhamentos das demandas de saúde à instituição acima mencionada, uma vez que a mesma desativou suas dependências para o atendimento das gestantes, apresentando plano de receber pacientes Covid?

3 - Questiona-se ainda, além dos impedimentos nas contratações de servidores, como Dr. Joel vem tomando decisões em um momento de tamanha dificuldade como esse de pandemia sem nomeação? E aí, Dr. Joel, Braide sabe disso? O **Ministério Público** tem ciência dessa ilegalidade?

## MAIS DENÚNCIAS

Como se não bastasse denúncias envolvendo o adjunto que estaria atuando "dos dois lados do balcão", outro escândalo é a prática de nepotismo

envolvendo a pasta da saúde, visto que um advogado identificado por Dr. Rômulo , que seria irmão do Secretário , estaria ditando as ordens nas atividades diárias da Semus. Aliás, por conta dessa situação, a 'folha santa' [usada para pagar alguns prestadores] do órgão é o próximo escândalo que pode 'estourar' na pasta que já virou alvo da PF .

**Site:** <https://www.blogdoantoniomartins.com/semus-contrata-maternidade-do-adjunto-por-r-2-mi/>